

PONTOS DE CONVERGÊNCIA ENTRE TEORIAS ORGANIZACIONAIS EM ADMINISTRAÇÃO

POINTS OF CONVERGENCE BETWEEN ORGANIZATIONAL THEORIES IN ADMINISTRATION

Fernando Húngaro Lemes Gonçalves*

e-mail : hungarofernando@gmail.com

Rosália Maria Passos da Silva*

e-mail: rosaliapassos@unir.br

* Universidade Federal de Rondônia Porto Velho, RO – Brasil

Resumo

O presente trabalho vem evidenciar os pontos de convergência entre algumas das teorias estudadas pelos cursos de Administração. As Teorias Organizacionais no âmbito da Administração são complementares e interligadas, os contextos histórico e social são os pontos chave de ligação entre cada uma das teorias ou tópicos estudados, sendo eles: a Teoria Crítica na Administração; Estrutura Organizacional; Organizações, Discurso e Poder; Teoria da Dominação; Economia Política; Teoria Institucionalista; A Dimensão Humana nas Organizações; Economia Ambiental; Economia Ecológica; e Teoria da Complexidade. Cada uma delas exerce alguma influência sobre as outras, cada uma à sua maneira, tendo como ponto de partida a Teoria Crítica na Administração, que gerou uma série de mudanças sociais, políticas e econômicas que acabaram por reverberar e interferir em diversas outras áreas. As teorias são abordadas de forma sucinta e são salientadas as interconexões e pontos de convergência entre elas, tendo como ponto final a explicação destas conexões por parte da Teoria da Complexidade.

Palavras Chave: Teorias. Organizacionais. Administração. Convergência.

Abstract

This work evidence the convergence points between some of the theories studied in the Administration courses. The Organizational Theories in the field of the Administration are complimentary and interlinked, the social and historical contexts are the key points in the link between each of the theories or topics studied, and they are: The Critical Theory in Management; Organizational Structure; Organizations, Power and Speech; Domination Theory; Political Economy; Institutionalism Theory; The Human Dimensions in the Organizations; Environmental Economy; Ecological Economy; and Complexity Theory. Each of these promote some influence over the others, each one in it's way, having as a starting point the Critical Theory, that generated a series of social, political and economical changes, that reverberated and interfered in other fields. The theories are boarded succinctly and their interconnections are highlighted, having as a final point the explanation of these links by the Complexity Theory.

Keywords: Theories. Organizational. Adminstration. Convergence.

1. INTRODUÇÃO

Ao analisar a evolução teórica no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas, é perceptível um ponto de convergência entre diferentes teorias, mesmo as que foram elaboradas em diferentes épocas no tempo e para dirimir diferentes questões. O presente trabalho aborda, por meio de um olhar crítico, a evolução de algumas das teorias voltadas ao ambiente social, econômico, político e organizacional. As teorias voltadas às organizações vêm sofrendo alterações e adequações no decorrer do tempo, bem como novas teorias vem surgindo com o objetivo de explicar os fenômenos com pontos de vista diferentes dos tradicionais e mesmo explicar novos fenômenos que surgem graças às mudanças na sociedade.

Tais teorias são comumente abordadas pelas disciplinas de Teorias Organizacionais, ministradas pelos programas de Administração das universidades, havendo a imersão dos estudantes nos assuntos abordados pelas teorias ou filosofias, promovida por leituras de vários artigos, produções de trabalhos, apresentações e discussões sobre os assuntos. A correlação entre as teorias é observada durante as discussões, e este fato deu origem a este trabalho, o qual vem discutir os pontos de convergência entre algumas teorias, embora algumas, sob um primeiro olhar, não aparentem ter muito em comum.

O presente texto tem o objetivo de contribuir para as discussões acadêmicas e disseminar conhecimentos adquiridos, bem como busca inovar no que diz respeito a evidenciar os pontos de convergência entre as teorias observadas, correlacionando umas com as outras pelos seus pontos de ligação. Os tópicos de teorias ou filosofias aqui discutidas serão a Teoria Crítica na Administração; Estrutura Organizacional; Organizações, Discurso e Poder; Teoria da Dominação; Economia Política; Teoria Institucionalista; A Dimensão Humana nas Organizações; Economia Ambiental; Economia Ecológica; e Teoria da Complexidade.

2. POR QUE TEORIAS “ORGANIZACIONAIS”?

Enquanto estudioso das teorias aqui abordadas, o leitor pode levantar a questão enunciada – o que estas teorias têm de organizacionais? – uma vez que muitas delas foram emprestadas da sociologia; a resposta é simples: dentro do contexto das Ciências Sociais Aplicadas, e especialmente da Administração, as teorias são estudadas, compreendidas e pensadas no contexto organizacional, ou seja, por mais abstrata que seja uma teoria ou uma filosofia, ela é pensada e discutida de forma prática nas organizações. Entenda-se aí as “organizações” como qualquer unidade social organizada, como as famílias, condomínios, bairros, governos, fábricas, ONGs, pequenas empresas ou empresas multinacionais: a Administração está em tudo, e, conseqüentemente, as teorias aplicadas à administração também estão.

Neste ponto de vista, todas as ciências e teorias conversam entre si, e aí está o ponto chave para a produção deste trabalho: as teorias e filosofias voltadas às atividades e comportamentos humanos são apropriáveis ao campo da administração, pois de alguma forma todo ser humano pode ser entendido como membro de alguma organização, desde um pequeno e seletivo grupo de pessoas até a sociedade como um todo.

3. A CONVERGÊNCIA ENTRE AS TEORIAS ORGANIZACIONAIS

Uma vez que a Administração se utiliza de muitos recursos providos pelas ciências políticas, contábeis, econômicas e sociais, pode-se afirmar que o ponto de convergência nas teorias que envolvem as organizações está no caráter humano, que promove o funcionamento das engrenagens institucionais e é o promotor do fator comum entre estas áreas, sendo este a razão de existir das ciências, é até mesmo óbvio que as teorias voltadas às organizações acompanhem a evolução do comportamento humano.

3.1 Teoria Crítica na Administração

A primeira teoria a ser discutida neste trabalho será a “Teoria Crítica”, que surgiu no Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, introduzida por meio do escrito de Horkheimer intitulado “Teoria tradicional e Teoria Crítica”, publicado em 1937, vale ressaltar que a teoria crítica foi um advento de todo o Instituto de Ciências Sociais, e por este motivo possui outros autores, além de Horkheimer, Friedrich Pollock, Herbert Marcuse, Franz Neumann, Leo Lowenthal, Erich Fromm, Theodor W. Adorno, Otto Kirchheimer e outros (FLEK, 2017).

A razão de se abordar esta teoria em primeiro lugar reside no fato de que, foi a partir da teoria crítica que surgiram algumas revoluções e evoluções em outras teorias, sendo que esta surgiu com o intuito de desafiar uma velha maneira de pensar e fazer as coisas, podendo também ser entendida como um contraponto ao positivismo, ou seja, a teoria crítica veio propor uma ruptura com um sistema até então estabelecido e regulado, tanto que o próprio advento da teoria crítica acabou por ser um ponto de ruptura na maneira como os estudiosos enxergam o mundo. Estas mudanças promovidas pelo instituto de estudos sociais acabaram por influenciar a maneira como outras ciências abordam seu modo de existir, expandindo-se para “um modo crítico de abordagem” que se tornou um comportamento social.

A teoria crítica surgiu inspirada na necessidade de mudar a maneira como se observavam os fenômenos sociais, estabelecendo uma ruptura com modelos organizados em rigores teóricos, promovendo a ciência social por meio não apenas de observações e anotações, mas de experimentos e participação dos estudiosos no meio, por interferências do observador no meio observado e questionamentos das razões pelas quais determinados fenômenos ocorriam, havendo o interesse e a participação das pessoas na promoção das mudanças sociais desejadas. Este comportamento foi rapidamente absorvido pela sociedade e adentrou o meio organizacional.

3.2 Estrutura Organizacional

O modo crítico de se observar e participar do meio social expandiu-se e disseminou-se por todas as áreas das ciências e também na auto percepção da sociedade. Dentro deste contexto, teorias que se auto limitavam pelos velhos modos de operar se viram livres para criticar seus próprios métodos e inovar a forma como eram aplicadas, estudadas e validadas. O padrão até então conhecido de Estrutura Organizacional, por exemplo, se viu afetado pelas mudanças nas relações entre pessoas e instituições, uma vez que esta é composta de “partes que formam um todo”, como relações de trabalho, sistemas, processos, operações, e pessoas ou grupos de pessoas trabalhando para o concurso de valores em comum (AHMADYA, MEHRPOURB E NIKOORAVESHB, 2016).

É evidente que as novas maneiras de pensar introduzidas por filosofias como o método crítico colocaram as pessoas na posição de questionar seus métodos, seus objetivos e resultados, afetando assim a forma como as organizações se estruturam, sejam elas empresas, ONG's, governos e outras. Sendo as organizações extensões da sociedade e executoras de objetivos sociais comuns, as alterações no meio social irão certamente refletir em seu meio.

Schine (1971), apresentado por Ahmadya, Mehrpourb e Nikooraveshb (2016), caracterizava a Estrutura Organizacional em 1 - dimensão hierárquica, como a divisão de funções dentro das organizações; 2 - dimensão funcional, que define os diferentes tipos de trabalhos executados em uma organização e; 3 - dimensão de inclusão, que demonstra a distancia entre uma pessoa e outra dentro de uma organização. Estas dimensões podem ser analisadas à luz da teoria crítica e comparadas com o que temos hoje em termos de organização: o trabalho de Schine, de 1971, abordava uma Estrutura Organizacional que pode, hoje, ser considerada bastante diferente da realidade, as revoluções ocorridas no meio social e que foram transmitidas para o interior das organizações alteraram este perfil, ou seja, ainda que os preceitos apresentados ainda existam, eles têm sofrido mudanças.

A dimensão hierárquica de divisão das funções pode não apresentar o mesmo rigor, por exemplo, a dimensão funcional, que define os diferentes tipos de trabalho, hoje se apresenta muito mais colaborativa e com rupturas no ideal de hierarquia defendido à época; quanto à dimensão funcional, certamente as divisões entre os trabalhos diminuíram, uma vez que os profissionais polivalentes têm se mostrado a aposta do mercado e as novas interações sociais têm afetado a maneira como as ações são executadas; e, talvez a principal alteração seja em relação à distância entre uma pessoa e outra dentro das organizações, uma vez que as relações sociais tornam-se cada vez mais abertas e as relações de trabalho hoje se confundem com as da vida privada, uma característica de evidente ruptura com uma filosofia ou sistema conservador que antes era considerado ideal, caracterizando uma mudança nas relações de poder dentro das organizações.

3.3 Organizações, Discurso e Poder

A partir desta ruptura com os sistemas tradicionais, é possível observar interferências entre uma teoria e outra e relacionar “teoria crítica” e “estrutura organizacional” a tópicos como o de “Organizações, Discurso e Poder”, que se observa na obra de Michel Foucault.

Para Horrocs e Jevtic (2013), trazido por Silva *et. al.* (2016), Foucault promoveu uma crítica à maneira como as instituições exercem o poder por meio do discurso, visando expor os vínculos conceituais entre conhecimento e poder presentes nas ciências humanas e sociais, em meio aos discursos das instituições engajadas em determinada prática social; segundo o autor, é impossível se libertar das relações de poder, e isso ocorre porque estamos imersos em práticas sociais cercadas por assimetrias de dominação.

Foucault articula a ideia do saber-poder, como forma de demonstrar a existência de uma relação complexa entre o conhecimento e o poder imerso na coletividade, segundo o autor, o discurso que ordena a sociedade ou um grupo social é aquele que se atém à dimensão do saber. Além disso, a concepção de poder articula uma rede dinâmica em que se vinculam todos os organismos sociais (SILVA *et. al.*, 2016).

Esta inter-relação entre as teorias se dá involuntariamente e seguindo o curso da história: a sociedade tem mudado sua forma de perceber o mundo e conseqüentemente seus comportamentos, as organizações acompanham estas mudanças pelo fato de serem compostas pela sociedade e também promovem, elas mesmas, mudanças na sociedade – ou seja, as pessoas mudam as organizações e as organizações, por sua vez, mudam as pessoas; estas relações entre pessoas e organizações são explicadas pelas relações de poder

exercidas por meio do discurso apresentado por Foucault e pelo exercício de influência dominante das organizações, como explica a Teoria da Dominação de Max Weber.

3.4 Teoria da Dominação

Verifica-se a Teoria da Dominação de Max Weber neste contexto, uma vez que no pensamento sociológico weberiano existe uma tipologia das relações de poder. Weber aponta três formas de dominação: dominação legal, dominação tradicional e dominação carismática. A seguir, Eslabão (2012) nos traz uma descrição de cada uma delas:

A dominação legal descreve as relações de poder mais características do Estado e da Sociedade Moderna, incluindo aí suas complexas e numerosas instituições, ou seja, o poder institucional por meio da força da lei e das normas e regras estabelecidas; este poder é exercido tanto pelo Estado e suas prerrogativas legais quanto pelas companhias e normas internas que visam padronizar os comportamentos das pessoas a elas vinculadas.

A dominação tradicional fundamenta sua legitimidade nas noções de fidelidade, santidade da tradição e na dignidade que dela emana; os princípios que regem a resolução de litígios em nada se relacionam com formas legalmente estabelecidas, muito embora esteja presente a idéia de justiça, utilidade ou equidade ética material. Este exercício de poder se dá, por exemplo, na relação de respeito existente entre um mestre e seu aprendiz.

No modelo de dominação carismático há uma crença dos subordinados nos dons e capacidades extraordinárias, ou até mesmo sobrenaturais, por parte daquele que exerce o poder; este tipo de dominação pode ser exemplificada por situações de fanatismo religioso, político, econômico ou outro.

A dominação por parte do Estado e das organizações acaba por ser a modalidade mais presente no sistema capitalista, onde o controle da economia e de recursos essenciais é dominado pelo Estado e por grandes corporações; neste modo de dominação se percebe as forças estatais e privadas em um constante “jogo de empurra” das responsabilidades, ao mesmo tempo em que brigam e trocam favores com vistas à obtenção de vantagens, utilizando-se de ferramentas para a obtenção de objetivos, que são explicadas pela Economia Política.

3.5 Economia Política

A Economia Política é o estudo das relações entre as atividades econômicas e a esfera política, áreas que são interligadas por um cordão umbilical que fornece os “nutrientes” de uma para a outra, sendo, em determinados momentos, consideradas indivisíveis ou extremamente difíceis de identificar separadamente.

O economista Há-Joo Chang (2004) nos traz escritos de Friedrich List, de 1841, onde List afirma que, tendo atingido certo grau de desenvolvimento por meio do livre-comércio, os grandes monarcas da Grã-Bretanha perceberam que não se podia obter um alto grau de civilização, poder e riqueza sem uma combinação de manufatura, comércio e agricultura; portanto, mediante um sistema de restrições, privilégios e incentivos, trataram de transplantar para o solo nacional a riqueza, o talento e o espírito empreendedor dos estrangeiros.

Observa-se aí uma clara interferência do meio político no meio econômico, ao perceber que a melhoria da economia iria gerar uma sociedade melhor, os Estados trataram de promover tais avanços, e a Economia por sua vez, ao ganhar força passou a ter mais importância no exercício do poder; Sutton afirmou em 1937 que, de forma geral, a maioria dos economistas quer estabelecer critérios sob os quais as políticas do governo deveriam atuar.

É observável no contexto histórico a forma como a evolução do capitalismo tornou o Estado uma grande corporação que funciona para gerar lucros e promover sua distribuição, este então atua no controle e regulação por meio das Políticas Econômicas em forma de leis e regulamentos que visam direcionar a economia para determinadas áreas. Neste mesmo contexto histórico é possível encontrar exemplos de movimentos econômicos que ditam as políticas públicas, como empresas que recebem subsídios governamentais e incentivos legais para operar, e empresas que financiam ações públicas para obter vantagens legais ou políticas; ou seja, o poder Político regula a Economia e esta por sua vez regula o primeiro.

As relações entre economia e política se dão por dois movimentos classificados pelos economistas políticos como o egoísmo e o altruísmo, um deles afirma que as pessoas buscam satisfazer suas necessidades e vontades por meio do egoísmo, segundo Sutton (1937), “Os movimentos de preços e produção podem ser observados como resultado dos esforços de um número de pessoas, cada uma buscando maximizar sua própria satisfação”, por este ponto de vista as pessoas concebem comércios, estabelecem negócios e fazem compras com o único objetivo de enriquecer e satisfazer a si mesmo. Em contraponto, existe o comportamento altruísta, onde as pessoas concebem comércios, estabelecem negócios e fazem compras com o objetivo de fortalecer a indústria nacional, melhorar as condições de abastecimento das regiões, gerar empregos e promover a circulação de capital e geração de renda.

Estas relações entre economia e política se entrelaçam com as teorias estudadas até aqui por meio do exercício do poder do estado em relação aos meios econômicos, as evoluções nas instituições e suas práticas pelas alterações sociais; havendo neste ínterim todo um relacionamento baseado em discurso e exercício do poder, tanto dos indivíduos quanto das instituições. Vale ressaltar que estes fenômenos são baseados nas alterações sociais: uma vez que a sociedade sente a necessidade de se desenvolver, pressiona seus governos e busca meios econômicos para tal, de forma que a política e a economia sempre estiveram vinculadas.

Como resultado destas manifestações sociais e busca por desenvolvimento, a Economia Política se confunde com as organizações criadas pelos indivíduos nesta busca por evolução, fundindo-se aí com a Teoria Institucionalista, que trata da maneira como as instituições se organizam e relacionam objetivos sociais e econômicos, que levam as sociedades ao desenvolvimento tecnológico e mudanças comportamentais.

3.6 Teoria Institucionalista

Segundo Pereira, Dathein e Conceição (2014), a literatura institucionalista tem apontado a estreita relação entre crescimento econômico e mudança institucional. Os mecanismos que contribuem tanto para a mudança institucional quanto para as condições estruturais que interferem no processo de desenvolvimento de uma determinada economia ao longo de sua trajetória são intrínsecos às atividades produtiva, comercial, inovativa etc.

Quanto às relações sociais, os autores trazem a concepção de North (1993), onde qualquer proposta de análise de fatos ocorridos, sejam antigos ou recentes, deve levar em consideração a influência que as instituições exerceram sobre eles. Se, por um lado, as instituições serviriam para criar um ambiente favorável

à cooperação, por outro, também poderiam ser fontes de conflitos sociais e distributivos. Dessa forma, as instituições caracterizam-se como estruturas de poder, sejam elas formais ou informais.

Para North (2005), a evolução das “trocas pessoais” para as “trocas impessoais”, à medida que caracterizaram a ampliação dos mercados, tornaram necessária a criação de instituições políticas, como o Estado, com o fim de assegurar o cumprimento das “regras do jogo” (PEREIRA, DATHEIN E CONCEIÇÃO, 2014).

Dessa forma, a análise da trajetória de cada sociedade deve ser feita a partir de uma abordagem histórica para que se possa compreender os motivos pelos quais alguns países progrediram (institucional e economicamente) enquanto outros não. Ainda segundo North (1993), as grandes mudanças históricas (como as da sociedade agrícola para a industrial) se dão a partir das transformações institucionais (criação, adaptação e evolução); o autor entende que instituições “eficientes” contribuem positivamente para o desempenho das economias, ao passo que instituições “ineficientes” contribuem para o seu atraso (PEREIRA, DATHEIN E CONCEIÇÃO, 2014).

Percebe-se claramente a interferência das instituições no avanço das sociedades, e a Teoria Institucionalista trata exatamente de como ocorre este processo, visando classificar e compreender os tipos de instituições e sua relação com as pessoas – trata-se da questão de que as pessoas moldam as instituições, que por sua vez moldam os comportamentos das pessoas.

É por meio das instituições que são promovidas as mudanças sociais e ocorrem as revoluções tecnológicas, como é defendido por Schumpeter e outros economistas conhecidos como “evolucionistas”. As empresas industriais criam novos produtos, as empresas de comércio promovem novos modelos de compras e vendas, a indústria da moda promove novos comportamentos, as empresas de tecnologia desenvolvem novas necessidades e as instituições públicas trabalham no concurso da regulação econômica, controle de abusos, descentralização de rendas e benefícios, promoção social e etc. Todas estas operações envolvem discursos eloquentes e convincentes e relações de poder visíveis e invisíveis, geram padrões sociais de aceitação e consumo, submissão, exploração, rejeição e resistência, que podem ser resumidas como “revoluções sociais”.

Uma vez que as instituições promovem este emaranhado de situações e revoluções sociais, se relacionam com as teorias vistas até aqui e com muitas outras não abordadas, sendo uma tarefa extremamente difícil para ciência compreender e descrever todos os fenômenos observados. Uma vez abordado o impacto das instituições, da economia e da política no meio social e no sentido de compreender o fator humano dentro das organizações, vale relacionar estes assuntos com o tópico da “Dimensão Humana nas Organizações”.

3.7 A Dimensão Humana nas Organizações

Para tratarmos da Dimensão Humana nas Organizações, é interessante trazer à discussão o “experimento de Hawthorne”, que foi uma experiência realizada em 1927 pelo Conselho Nacional de Pesquisas dos Estados Unidos, o National Research Council, coordenada pelo pesquisador Elton Mayo em uma fábrica da Western Electric Company, situada em Chicago, no bairro de Hawthorne. O experimento foi

iniciado com o objetivo de determinar a relação entre a intensidade de iluminação e a eficiência dos operários, medida através da produção (PRADO & ALVES, 2011).

O experimento de Hawthorne estendeu-se para além do objetivo de aferir a relação entre iluminação e produção e analisou fatores como fadiga, acidentes de trabalho, rotatividade do pessoal e efeito das condições de trabalho sobre a produtividade. Este experimento ficou famoso por ser um dos primeiros a mensurar itens como a qualidade do ambiente de trabalho, interação entre funcionários, nível de exaustão dos funcionários e sua interferência na produção (PRADO & ALVES, 2011).

Assim nasceu a Teoria das Relações Humanas, que surgiu como um contraponto à Teoria Clássica da Administração, e se trata, na verdade, de um conjunto de teorias que foram desenvolvidas a partir da necessidade de perceber o ser humano social dentro das organizações. Os principais teóricos a trabalharem no seu desenvolvimento, além de Elton Mayo, foram Mary Parker Follet, William Dickson, Chester Bernard, Roethlisberger e outros.

A partir deste tipo de experimentos e de reconsiderações sobre a forma como as organizações enxergam e tratam seus colaboradores, o contexto organizacional passou a ser cada vez mais humano, considerando cada vez mais os fatores sociais como crenças, comportamentos, aceitação e expectativas, ou seja, os valores das organizações passaram a ser reconsiderados, sendo cada vez mais observadas como grupos de pessoas que agem para a obtenção de objetivos em comum do que como meros executores de ações mecânicas, como visto até então pela teoria clássica da administração.

Hoje as organizações vivem rupturas diárias em relação ao meio social e à maneira como são organizadas as suas atividades, dado o dinamismo atingido pela esfera social e sendo o ambiente organizacional influenciado fortemente pelos comportamentos ditados por tecnologias, costumes, moda, necessidades insurgentes e outros fatores. As praticas organizacionais têm a cada dia novos desafios em termos de adequação da organização às culturas externas e também na implementação de culturas organizacionais. Em um contexto social e organizacional, podemos caracterizar este balanço existente entre as organizações e os grupos de pessoas como uma busca cada vez maior pelo equilíbrio entre as necessidades.

Esta busca por equilíbrio pode ser observada não apenas em relação ao ambiente social, mas também em relação ao meio ambiente natural. O relacionamento das organizações com o meio ambiente vem incorporando a mesma preocupação aplicada aos recursos humanos e sociais. Uma vez difundido um conceito de sustentabilidade, embora ainda mal definido mesmo pela comunidade científica, fica cada vez mais clara a preocupação com uma forma de existência sustentável das sociedades, entidades publicas, econômicas, e etc. os estudiosos de diversas áreas contribuem para a ciência por meio de teorias relacionadas à Economia Ambiental e Economia Ecológica.

3.8 Economia Ambiental

Existe um amplo leque de autores como Georgescu-Roegen (1974), Meadows (1972), Furtado, (1974), Martínez e Roca Jusmet, (2003) que apresentam críticas e alternativas ao já esgotado modelo de crescimento, baseado no aumento da produção material e no consumo excessivo de uma população sempre crescente. As críticas ao modelo atual se baseiam no fato de que os recursos naturais são consumidos e poluídos na produção de bens de consumo em uma escala que estes recursos não são repostos naturalmente em uma escala que permita sua utilização futura.

Segundo Camargo (2014), em 1983 as Nações Unidas instituíram a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMMD). O objetivo dessa comissão seria sugerir meios para se atingir o que,

anos depois passaria a ser chamado de desenvolvimento sustentável. Segundo a comissão, a definição mais aceita para desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações: é o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro.

O autor defende que o grande desafio seria fazer com que os recursos naturais não renováveis fossem substituídos pelos renováveis, para se conseguir resolver tal demanda seria fundamental o desenvolvimento tecnológico, pois o objetivo deste é exatamente aumentar a produção de um determinado bem de consumo de maneira que a matéria prima que o origina seja menos utilizada e os impactos sobre a produção sejam mínimos, de forma que sejam revertidos naturalmente na mesma escala em que são gerados.

Camargo (2014) nos traz ainda a descrição de Economia Ambiental dada por Tafuri (2008), como sendo uma vertente da economia vinculada às ciências ambientais, que defende a valoração ambiental como uma tentativa de estimar o valor monetário do recurso ambiental em relação aos outros bens e serviços disponíveis na economia tradicional. Apesar disso, não é simples fazer tal ação, pois muitas das vezes isto é confundido com uma mera conversão monetária dos recursos ambientais.

Uma vez que os trabalhos dentro da área de valoração ambiental e socioambiental se baseiam em um sistema de compensação financeira, ainda geram muita dúvida, pois existem muitos autores extremamente críticos em enxergar um valor monetário na natureza, principalmente, os que enxergam apenas a concepção econômica clássica de valor. Diante deste questionamento e propondo uma abordagem diferente, surgiu a corrente de pensamento chamada Economia Ecológica.

3.9. Economia Ecológica

A Economia Ecológica traz um olhar mais severo sobre o problema da sustentabilidade, considerando que por meio de simplesmente quantificar e precificar os recursos naturais os sistemas político e econômico acabam por mascarar o problema da destruição dos recursos naturais, uma vez que este problema não é resolvido de fato.

Fuks (2012), afirma que é questionável o uso das fontes de recursos escassos para produção de objetos supérfluos, já que significaria menos enxadas e arados no futuro. Uma pergunta-chave e se estaríamos dispostos a deixar de lado os nossos luxos para auxiliar seres humanos do futuro longínquo.

O autor traz ainda o *plano bioeconômico* de Georgescu-Roegen (1993):

- Cessar todas as guerras e proibir o uso de recursos para produção de instrumentos de guerra;
- Com esses recursos, as nações desenvolvidas devem ajudar as demais a atingirem um bom padrão de vida. Observe que isso não equivale a uma vida de luxo ou de consumo ostensivo;
- A população planetária deve gradualmente reduzir-se a um patamar que permita o uso de métodos orgânicos de agricultura (de-growth);
- Desperdícios da energia gerada pelas fontes terrestres devem ser evitados e, se necessário, regulamentados;
- Renúncia ao consumo ostensivo e supérfluo. Sem a demanda por tais bens, a oferta cessará;

- O abandono de um modo de vida centrado em modismos (“fashion”);
- Elevação do tempo de durabilidade dos bens, considerando até mesmo designs que facilitem o reparo;
- Abandono do modo de vida baseado na síndrome do aparelho de barbear.

Fuks (2012) nos traz alguns pontos de consenso onde Daly (1990) e Pearson & Turner (1994) advogam certas condições mínimas para sustentabilidade: i) a taxa de extração de um recurso renovável deve ser igual a sua taxa de regeneração; ii) a taxa de emissão de resíduos não deve ser superior a capacidade de assimilação do meio ambiente onde eles são despejados; iii) a taxa de extração dos recursos não renováveis deve ser equivalente a sua substituição por recursos renováveis. Ainda segundo Fuks (2012), Constança et al. (1994) são igualmente claros quanto a necessidade de manutenção do capital natural total (CNT) em seu patamar corrente como condição mínima de sustentabilidade. Tal abordagem, denominada sustentabilidade forte, advém da complementaridade entre os capitais manufaturado e natural.

Fica clara a diferença entre as economias Ecológica e Ambiental, sendo a vertente Ecológica muito mais severa em termos de mudança comportamental, ela claramente se utiliza da Teoria Crítica para sugerir uma quebra de padrões que irão envolver a Estrutura Organizacional, interferir na maneira como se dão os processos que envolvem Organizações, Discurso e Poder; o exercício da Dominação por parte de Estado e agentes do mercado; promover mudanças na Economia Política; gerar revoluções no que trata a Teoria Institucionalista e na Dimensão Humana dentro das Organizações; e, certamente a forma como é estruturada a própria Economia Ambiental. É evidente a interferência de cada uma destas áreas umas nas outras, e as teorias que surgem para quebrar paradigmas acabam por se sobrepor a todas as anteriores, como é o caso da Economia Ecológica. Esta rede de interferências entre os atores de um sistema é explicada pela Teoria da Complexidade.

4. Teoria da Complexidade

O nascimento da Complexidade na ciência remonta ao final do século XX, e “a Complexidade é um problema, é um desafio, não é uma resposta, num primeiro sentido, a palavra *complexus* significa aquilo que está ligado em conjunto, aquilo que é tecido em conjunto”. A Complexidade reconhece a parte da desordem e do imprevisto em todas as coisas, também reconhece uma parte inevitável de incerteza no conhecimento. É o fim do saber absoluto e total, a Complexidade tem a ver, ao mesmo tempo, com tecido comum e com a incerteza. Trata-se de uma teoria relativamente recente, e um dos seus principais autores é Edgar Morin (MARIOTTI, 2007).

Mariotti (2007) compreende a Complexidade não como um simples conceito teórico, mas sim como um fato da vida que corresponde à diversidade, ao entrelaçamento e a contínua interação da infinidade de sistemas e fenômenos que constituem o mundo natural; deve ser entendida também por um sistema de pensamento aberto, amplo e flexível – o pensamento complexo. Tal pensamento configura uma nova perspectiva de compreensão do mundo, que aceita e tenta entender as mudanças contínuas da realidade e não pretende negar a multiplicidade, a aleatoriedade e a incerteza, e sim conviver com elas.

Segundo Agostinho (2003) “uma vez compreendido o processo geral pelo qual os sistemas podem evoluir em níveis de complexidade crescente, deve ser observado nesses sistemas os pontos de convergência”.

Sendo assim, a Teoria da Complexidade é por si mesma um conceito complexo, uma vez que abrange tantas variáveis quanto seja possível e abarca em seu âmbito todas as ciências, uma vez que todas elas possuem pontos de convergência, ou seja, em algum ponto, todas as ciências abam por se interconectar e se entrelaçar, é aí que se desenvolve a Teoria da Complexidade, enxergando as relações entre tudo o que existe como um sistema complexo e interconectado.

Por meio desta teoria se pode explicar as conexões existentes nas teorias aqui apresentadas, uma vez que todas tratam do ser humano e sua organização em sociedade por meio de sistemas complexos e interconectados como a política, economia, instituições e meio ambiente, a forma como as pessoas se relacionam e transitam por estes sistemas, e como uma área se mistura com a outra por meio das faculdades sociais vinculadas às relações de discurso e poder, dominação, críticas sociais, relações de trabalho e produção: tudo isto se torna a malha complexa que compõe a sociedade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar a evolução das Teorias Organizacionais, percebe-se claramente a interconexão de umas com as outras, por meio da Teoria Crítica, por exemplo, o homem deu voz às suas insatisfações de forma a promover toda uma revolução na maneira como as coisas são feitas na sociedade, a visão introduzida pelo pensamento crítico ultrapassou a barreira das ciências humanas e atingiu a todas as áreas da sociedade, baseada no questionamento de padrões e busca por mudanças que atendam às necessidades sociais no meio político, econômico, ambiental e na forma como se estruturam as organizações.

Como consequência lógica destas mudanças na forma de pensar e na aquisição de consciência do coletivo a Estrutura Organizacional sofreu grandes alterações, uma vez que o pensamento clássico definia as estruturas como rígidas e com distinções visíveis entre hierarquias e funções, as alterações sociais promovidas pelo pensamento crítico levou à reestruturação organizacional de governos e empresas e impactou profundamente o sistema econômico, transformando estes sistemas de hierarquia e mudando as prioridades das organizações.

Estas estruturas organizacionais tradicionais eram baseadas em uma linguagem clara que abrangia de forma bastante conservadora tópicos como “Organizações, Discurso e Poder”, “Teoria da Dominação” e “Teoria Institucionalista”. Uma vez que por meio do discurso e pela dominação, seja ela legal, tradicional ou carismática, se exerce o poder, e este poder é utilizado pelas instituições para atingir seus objetivos por meio do controle da sociedade, seja por governos controlando as ações de seu povo, empresas controlando os comportamentos de seus funcionários ou do próprio mercado financeiro na busca pelo controle das ações governamentais e ditames de comportamentos sociais. Contra estas formas de exercício do poder e a organização tradicional, se encontra a teoria crítica.

Por meio da própria teoria crítica no ambiente trabalhista na busca por melhores condições de trabalho e pelos esforços do institucionalismo em se obter melhores resultados na produção das instituições, acabou-se chegando à Dimensão Humana nas Organizações, onde as Teorias das Relações Humanas foram desenvolvidas levando a uma revolução na forma como as organizações estruturam as atividades humanas e alterando as relações sociais dentro das instituições, passando a observar os seres humanos como pessoas, ao invés de meros fatores de produção.

Dentro deste contexto de evolução social na área institucional em geral e pressionados por ambientalistas e órgãos internacionais, os sistemas políticos e econômicos passaram a conferir maior atenção ao meio ambiente, dado o crescimento da preocupação com a qualidade de vida das pessoas, administração dos recursos naturais escassos e com o desenvolvimento sustentável, onde as relações entre produção e consumo geraram vertentes teóricas como a Economia Ambiental e a Economia Ecológica.

A Economia Ambiental vem tratar do problema da sustentabilidade de forma quantificável, e os teóricos desta linha acreditam que é possível atingir a redução de emissões de poluentes e o consumo de recursos não renováveis por meio do estabelecimento de preços para estas ações, assim as companhias teriam custos maiores de produção e os preços dos itens supérfluos iriam subir, fazendo com que as pessoas adquiram tais itens apenas em caso de necessidade, reduzindo assim os “luxos”. Por outro lado, o valor pago pela destruição do ambiente seria aplicado na revitalização e tratamento ambiental.

Tal ponto de vista da Economia Ambiental é visto com ceticismo pelos ambientalistas, e desde o início de sua discussão gera um “jogo de empurra” teórico entre governos e instituições privadas, existindo por um lado a crença de que os governos devem se preocupar com esta questão e regulá-la; e por outro lado a crença de que o próprio mercado deve se organizar neste sentido, acompanhando a conscientização dos próprios consumidores.

No ponto de vista da Economia Ecológica, é necessária uma ruptura com o sistema atual de produção e consumo, sendo urgente a necessidade de a sociedade parar de consumir além do que ela necessita e as empresas pararem de produzir aquilo que não é essencial, uma vez que os recursos um dia irão acabar e eles devem ser reservados para os casos de necessidade. A visão desta linha teórica envolve toda uma alteração estrutural nos modelos políticos e econômicos, baseando-se na distribuição equitativa de recursos e focada no equilíbrio das condições de vida das pessoas – os recursos escassos devem ser utilizados na produção de alimentos e itens essenciais de sobrevivência.

De forma geral, todas as teorias aqui apresentadas estão vinculadas pelo elemento humano e social que delas faz parte, ligadas por um sistema complexo e interdependente que é explicado pela Teoria da Complexidade, onde os elementos isolados fazem parte de um todo e nada é previsível: as relações são ditadas por infinitas variáveis interconectadas e interdependentes. A complexidade é definida como uma teoria que considera as imperfeições e a indefinição de variáveis, segundo seus autores, ela não vem explicar com exatidão, mas expor as ligações que formam a malha interdependente que forma o todo.

6. REFERÊNCIAS

AHMADYA, Gholam; MEHRPOURB, Maryam; NIKOORAVESHB, Aghdas. **Organizational Structure**. Procedia, Social and Behavioral Sciences. Nº230. 2016.

AGOSTINHO, Maria C. E. **Administração Complexa: revendo as bases científicas da administração**. RAE – Eletrônica.V2. Nº1. Janeiro/Junho de 2003.

ALMEIDA, Celimara T. **O Discurso do Poder e o Sujeito nas Organizações**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São João Del Rei. 2010.

BRINCKMANN A., Jan, *Et. al.* **Of those who plan: A meta-analysis of the relationship between human capital and business planning**. Long Range Planning. Nº XXX. P.1-16. 2017.

CAMARGO, Pedro L. T. **Economia Ambiental**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – IFRO/MG. Ouro Preto, 2014.

CHANG, Ha-Joo. **Chutando a escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo. Unesp, 2004.

ESLABÃO, Daniel R. **O Conceito de Dominação em Max Weber: Um estudo sobre a legitimidade do poder**. Universidade Federal de Santa Maria. 2012.

FLECK, Amaro. **Afinal de Contas, o que é Teoria Crítica?** Princípios Revista de Filosofia. V24. Nº44. P 97-127. Natal, Maio-Agosto de 2017.

FUKS, Maurício. **Reflexões sobre o paradigma da economia ecológica para a gestão ambiental**. Revista Estudos Avançados. V26. Nº74. P 105-119. 2012.

GARCIA-QUERO, Fernando; LOPEZ CASTELLANO, Fernando; **La Economía Política Institucional: balance y perspectivas**. Iberian Journal of the History of Economic Thought. V3. Nº2. P.188-200. 2016.

KNOX-HAYES, Janelle. **Towards a moral socio-environmental economy: A reconsideration of values**. Geoforum. Nº65. P.297-300. 2015.

LÉVESQUE, Benoit. **Contribuição da Nova Sociologia Econômica Para Repensar a Economia No Sentido do Desenvolvimento Sustentável**. RAE – Revista de Administração de Empresas. V47. Nº2. P49-60. Abril-Junho de 2017.

MARIOTTI, Humberto. **Complexidade e pensamento complexo: breve introdução e desafios actuais**. Revista Portuguesa de Clínica Geral. Nº23. P.727-731. 2007.

MATEIA, Ani; ANTONIEB, Catalina; **Complexity Theory and the Development of the Social Innovation**. Procedia, Social and Behavioral Sciences. Nº185. P.61 – 66. 2015.

MENUZZI, Tamara S.; SILVA, Luiz Gustavo Z. **Interação entre economia e meio ambiente: uma discussão teórica.** Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental. V19. P09-17. Santa Maria, Janeiro a Abril de 2015.

OLIVEIRA, Ivone de L.; LIMA, Fábía P.; MONTEIRO, Luisa da S. **Movimentos comunicacionais na relação entre organização e comunidades: perspectivas teórico-metodológicas para apreensão do fenômeno.** Revista Famecos – mídia, cultura e tecnologia. V18. Nº2. P.557-575. Porto Alegre. Maio/Agosto de 2011.

OZCANA, Burcu; ULUCAKB, Recep; DOGANC, Eyup. **Analyzing long lasting effects of environmental policies: Evidence from low, middle and high income economies.** Sustainable Cities and Society. Nº44. P.130-143. 2019.

PEREIRA, Adriano J.; DATHEIN, Ricardo; CONCEIÇÃO, Octávio A. C. **A empresa e seu ambiente de interação: os limites da Teoria dos Custos de Transação e o alcance da Teoria Institucionalista Evolucionária.** Revista Economia e Sociedade. V23. Nº1. P.33-61. Campinas, Abril de 2014.

PIEKKARI, A. Rebecca; WELCH, B. L. Catherine. **The Human Dimension in Multinational Management: A Way Forward.** Scandinavian Journal of Management. Nº26. P467-476. 2010.

PRADO, Vaner J.; ALVES, Barbara C. P. **Reflexões Sobre a Escola das Relações Humanas - ERH e as Pesquisas de Hawthorne: visões críticas e contribuições.** Fórum: XXXV EnANPAD. Rio de Janeiro. Setembro de 2011.

SIENA, Osmar. **Metodologia da pesquisa científica: Elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos.** Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho, 2007.

SILVA, Anderson D. F. *Et. al.* **O Empreendedorismo sob o prisma do poder no discurso da inovação de um polo criativo: reflexões a respeito do portomídia – centro de empreendedorismo e tecnologia da economia criativa.** Revista Gestão e Planejamento. V17. Nº 2. P. 314-331. Salvador. Maio/Agosto de 2016.

SUTTON, C. **The Relation between Economic Theory and Economic Policy.** The Economic Journal. V47. Nº185. P.44-52. Março de 1937. Publicado por: Wiley on Behalf of The Royal Economic Society. 2015.

TERPSTRA, Jan; **Two theories on the Police: The relevance of Max Weber and Emile Durkheim to the study of the police.** International Journal of Law, Crime and Justice. Nº39. P.1-11. 2011.

TORRES, Roberto D. **Governabilidade, governança e poder informal.** Revista Civitas. V16. Nº1. P.153-171. Porto Alegre. Janeiro/Março de 2016.

Recebido em: 20/08/2019

Aceito em: 10/09/2019

Endereço para correspondência:

Nome **Fernando Húngaro Lemes Gonçalves**

e-mail : hungarofernando@gmail.com



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons Attribution 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)